



A EMERGÊNCIA DA HISTÓRIA AMBIENTAL DE UBERABA E TEMPORALIDADES: ESTUDO DA NATUREZA E CIDADE NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL NO ENSINO BÁSICO

THE EMERGENCE OF UBERABA'S ENVIRONMENTAL HISTORY AND TEMPORALITIES: A STUDY OF
NATURE AND CITY FROM A HISTORICAL-CULTURAL PERSPECTIVE IN BASIC EDUCATION

EL SURGICIMIENTO DE LA HISTORIA AMBIENTAL DE UBERABA Y LAS TEMPORALIDADES: ESTUDIO DE
LA NATURALEZA Y DE LA CIUDAD DESDE LA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL EN LA EDUCACIÓN
BÁSICA

Alexandar Maria de Carvalho Alves^{1*} ; Geisla Aparecida de Carvalho² 

¹Graduada em Pedagogia UNIPAC, História UNIUBE e Educação Especial UNISANTA, Pós-Graduada África e suas Diásporas pela UNIFESP- Brasil Uberaba MG, Professora Escola Estadual Lauro Fontoura: e-mail ²Graduada em Matemática e Física UNIPAC e Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior UFU, Mestre em Matemática UFU, Professora Escola Estadual Professor Chaves, Uberaba MG.

*Autor Correspondente: alexandarcarvalho7@gmail.com.

Recebido: 20/01/2025 | Aprovado: 15/02/2025 | Publicado: 22/02/2025

Resumo: Este artigo analisa a emergência histórico-cultural da história ambiental em Uberaba, Minas Gerais, conforme perspectivas de autores. Martinez (2016, p. 40), destaca a necessidade de explicitar as variáveis que sustentam a relação entre evidências e explicações de eventos históricos e culturais. Reconhece-se a inseparabilidade entre natureza, cidade e cultura, embora existam processos naturais, sociais e culturais ainda fora do controle humano. A pesquisa aborda a problemática ambiental urbana gerada pela modernidade capitalista, utilizando uma abordagem histórico-dialética qualitativa e bibliográfica, baseada em documentos do Arquivo Público Municipal de Uberaba (APU) de 2005. O artigo divide-se em três partes sobre a história ambiental na educação pública. A primeira examina a questão da natureza no contexto da globalização capitalista, com foco na realidade socioambiental contemporânea. A segunda explora a emergência da história ambiental, seu caráter interdisciplinar e sua interface com a geografia urbana, investigando a relação entre natureza e cidade. A terceira parte discute a importância de propor soluções para problemas ambientais urbanos no contexto da produção da cidade e do desenvolvimento sustentável. Os dados indicam que 78% dos estudantes desconhecem o tema, enquanto 22% aprendem sobre ele por meio do projeto político-pedagógico e da Educação Ambiental (EA), realizados anualmente na escola. Conclui-se que, frente à globalização neoliberal, a cidade se torna um espaço estratégico para tanto a reprodução do sistema capitalista quanto para a construção de um novo paradigma socioeconômico e ambiental, especialmente na educação básica.

Palavras-chave: Emergência. História Ambiental de Uberaba no Ensino Básico. Temporalidades. Histórico-cultural. Estudo da Natureza e Cidade.

Abstract: This article analyzes the historical-cultural emergence of environmental history in Uberaba, Minas Gerais, based on various author perspectives. Martinez (2016, p. 40), highlights the need to make explicit the variables that sustain the relationship between evidence and explanations of historical and cultural events. It is recognized that nature, city, and culture are inseparable, although there remain natural, social, and cultural processes still beyond human control. The study addresses the urban environmental challenges created by capitalist modernity, adopting a qualitative, bibliographic, and historical-dialectical approach, based on documents from the Public Archive of Uberaba (APU) from 2005. The article is structured into three parts focusing on environmental history in public education. The first examines the nature of issues within the context of capitalist globalization, with particular attention to the contemporary socio-environmental reality. The second explores the emergence of environmental history, its interdisciplinary and temporal character, and its interface with urban geography, investigating the relationship between nature and city. The third part discusses the

importance of proposing solutions to urban environmental issues within the context of city production and sustainable development. Data indicate that 78% of students are unfamiliar with the topic, while 22% learn about it through the political-pedagogical project and Environmental Education (EA) activities, conducted annually at school. It is concluded that, in the face of neoliberal globalization, the city becomes a strategic space both for reproducing the capitalist system and for building a new socio-economic and environmental paradigm, especially in basic education.

Keywords: Emergency. Environmental History of Uberaba. Temporalities. Historical-cultural. Study of Nature and City.

Resumen: Este artículo analiza el surgimiento histórico-cultural de la historia ambiental en Uberaba, Minas Gerais, según las perspectivas de los autores. Martínez (2016, p. 40) destaca la necesidad de explicar las variables que sustentan la relación entre la evidencia y las explicaciones de los acontecimientos históricos y culturales. Se reconoce la inseparabilidad entre naturaleza, ciudad y cultura, aunque existen procesos naturales, sociales y culturales todavía fuera del control humano. La investigación aborda los problemas ambientales urbanos generados por la modernidad capitalista, utilizando un enfoque histórico-dialéctico cualitativo y bibliográfico, basado en documentos del Archivo Público Municipal de Uberaba (APU) de 2005. El artículo se divide en tres partes sobre la historia ambiental en la educación pública. El primero examina la cuestión de la naturaleza en el contexto de la globalización capitalista, centrándose en la realidad socioambiental contemporánea. El segundo explora el surgimiento de la historia ambiental, su carácter interdisciplinario y su interfaz con la geografía urbana, investigando la relación entre la naturaleza y la ciudad. La tercera parte discute la importancia de proponer soluciones a los problemas ambientales urbanos en el contexto de la producción de ciudades y el desarrollo sustentable. Los datos indican que el 78% de los estudiantes desconoce el tema, mientras que el 22% lo aprende a través del proyecto político-pedagógico y de Educación Ambiental (EA), que se realiza anualmente en la escuela. Se concluye que, frente a la globalización neoliberal, la ciudad se convierte en un espacio estratégico tanto para la reproducción del sistema capitalista como para la construcción de un nuevo paradigma socioeconómico y ambiental, especialmente en la educación básica.

Palabras clave: Emergencia. Historia Ambiental de Uberaba en la Educación Básica. Temporalidades. Histórico-cultural. Estudio de la Naturaleza y la Ciudad.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo examina a execução de um projeto político-pedagógico desenvolvido com alunos dos 7º, 8º e 9º anos da Escola Estadual Lauro Fontoura, em Uberaba-MG, ao longo do ano letivo de 2018.

O projeto tem como objetivo central integrar a educação ambiental ao currículo escolar, tomando como referência a obra de Peter Burke (2019, p. 349), que destaca os problemas ambientais contemporâneos, relacionados à urbanização e industrialização, e suas implicações para a “cidade e natureza”. Assim, além de incorporar a educação ambiental ao currículo, o estudo propõe uma compreensão crítica e histórica dos processos que levaram à degradação ambiental atual. Esse entendimento se fundamenta nas reflexões de Burke (2019), que exploram as conexões entre a Revolução Industrial, os impactos ambientais e as problemáticas ecológicas tanto urbanas quanto naturais.

A pesquisa aborda a interculturalidade como uma perspectiva central, reconhecendo, conforme destacado por Barros (2017, p. 10), a diversidade de contextos históricos, sociais e culturais que influenciam percepções e práticas ambientais. Esse enfoque permite que os estudantes compreendam que, embora os impactos ambientais sejam globais, suas causas e efeitos variam conforme o contexto local. Em Uberaba, marcada pela industrialização e urbanização, é possível analisar como esses processos transformaram a natureza e o espaço urbano, permitindo aos alunos compreender as relações entre o crescimento urbano e os

ecossistemas locais, como rios, vegetação e fauna, e como esses elementos foram historicamente alterados para atender às demandas da indústria e da urbanização.

Nesse sentido, Barros (2017, p. 11), ressalta que os processos de industrialização e globalização, como analisados no projeto, não apenas aceleraram o desenvolvimento econômico e urbano, mas também intensificaram a degradação ambiental. A industrialização descontrolada e as práticas urbanas resultaram em poluição, destruição de habitats naturais e, em muitos casos, desconsideração das culturas locais que promoviam uma relação mais harmônica com o ambiente.

Sirvinskas, Luís Paulo (2015 p.91), esclarece que a regulamentação ambiental, representada pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981 em 2015), estabelece as diretrizes para preservar e recuperar a qualidade ambiental por meio de instrumentos como o licenciamento ambiental e a responsabilização de agentes poluidores. No entanto, desafios na implementação dessas normas e pressões econômicas comprometem a efetividade dessas medidas, especialmente em áreas vulneráveis. A globalização, por sua vez, intensificou as atividades de produção e consumo e trouxe um aumento da interconectividade entre nações, o que, embora promova acordos internacionais de controle ambiental, como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris, ainda enfrenta resistência em sua implementação. Essas políticas visam limitar as emissões de gases de efeito estufa e incentivar investimentos em fontes de energia renovável. Contudo, a variabilidade na aplicação das regulamentações entre diferentes países revela tensões entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental.

De acordo com Leff (2019, p. 11), a compreensão dos alunos sobre os impactos da Revolução Industrial e da globalização permite uma análise crítica dos danos humanos ao meio ambiente e promove uma reavaliação da relação com o meio ambiente, baseada na responsabilidade e na sustentabilidade. A educação ambiental, dessa forma, busca fomentar uma visão holística e transdisciplinar, integrando a realidade local à global e incentivando os estudantes a reconhecerem como as práticas de consumo e produção influenciam o mundo. Assim, o projeto visa formar cidadãos ecologicamente conscientes, capazes de reconhecer os riscos da degradação ambiental para o presente e para o futuro.

Doravante a justificativa para o trabalho reside na necessidade urgente de preparar os jovens para enfrentar desafios ambientais com uma perspectiva crítica, desenvolvendo uma consciência de justiça ambiental que respeite a diversidade cultural. A formação de cidadãos ecologicamente responsáveis envolve não apenas o aprendizado sobre o meio ambiente, mas também o desenvolvimento de uma postura ética e de responsabilidade em relação à sustentabilidade e preservação dos recursos naturais.

Para tanto, o estudo propõe uma reflexão sobre a degradação ambiental, considerando a globalização e o impacto industrial em Uberaba-MG, e o problema central reside em conscientizar os alunos sobre as consequências da degradação ambiental, promovendo uma educação ambiental contextualizada. Assim, a pesquisa visa articular a relação entre ecossistemas, rios, lagos e florestas e o ambiente urbano e cultural da escola. A questão norteadora da investigação é: “Quais são os desafios de trabalhar a história ambiental de forma transdisciplinar e interdisciplinar, considerando as temporalidades da natureza e da cidade? Como a formação

docente atualizada pode contribuir para uma práxis pedagógica significativa e enriquecedora para os estudantes da rede pública?"

O trabalho justifica-se pela importância de promover uma visão crítica sobre os impactos ambientais e uma aprendizagem transdisciplinar que sensibilize os alunos para as questões ambientais, sociais e culturais, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). À vista disso, orientado pelos (PCNs), com a premissa da edição da Lei nº 6.938/81, Sirvinskas, Luís Paulo (2015 p.93), explica que o país passou a ter formalmente uma Política Nacional do Meio Ambiente, uma espécie de marco legal para todas as políticas públicas de meio ambiente a serem desenvolvidas pelos entes federativos.

Porém, a partir desse momento começou a ocorrer uma integração e uma harmonização dessas políticas tendo como norte os objetivos e as diretrizes estabelecidas na referida lei pela União. Sendo assim, este trabalho se propõe a estudar os aspectos gerais da Política Nacional do Meio Ambiente, que são: 1) o conceito, 2) o objetivo, 3) os princípios, 4) os instrumentos e 5) ao Sistema Nacional do Meio Ambiente, para que o cidadão tenha o direito ao meio ambiente sustentável e equânime através de ações integradas no ambiente formal de educação.

Dessa maneira, Oliveira, Lúcia Lippi (2020 p.24), ressalta que o Estatuto da Cidade pela (Lei de nº 10.257/2000), especificamente adaptada pela Constituição Federal de 1988, passa a garantir o direito ao meio ambiente equilibrado, também fundamentado a essa proposta, reforçando a importância de ações integradas para a criação de ações de proteção ambiental e a recuperação de áreas degradadas no âmbito educacional por meio dos (PCNs) e das legislações brasileira.

Assim, os objetivos gerais incluem compreender os processos de industrialização, globalização e urbanização e seus impactos no meio ambiente, visando à formação de cidadãos ecologicamente conscientes. Os objetivos específicos incluem: a) comparar o desenvolvimento dos problemas ambientais ao longo do tempo; b) conscientizar os alunos sobre o impacto da Revolução Industrial e globalização na degradação ambiental; c) trabalhar a história imaterial de Uberaba; d) promover uma abordagem interdisciplinar que supere a fragmentação do conhecimento; e) incentivar a preservação ambiental, destacando a importância dos recursos naturais e a interação justa e sustentável com o meio ambiente.

Por fim, a metodologia é baseada em pesquisa bibliográfica qualitativa e documental, com referências de autores como Barros (2017, p. 10), Brasil (2020 p. 24) Lei n.º 5.692/1971: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2018), Campos Filho (2018, p. 34-35); Drummond, J. (2021 p. 177-197), Leff, H. (2019, P 11); Lourenço, (2020, p.197); Martinez, (2016, p. 11-40-44); Marsh, (2018, p.52); Moore, (2013, p.431); Peter Burke (2019, p.349); Santos Milton, (2020 p. 253); Scandurra, (2022, p. 142-3), Sirvinskas, Luís Paulo (2015 p.91-93), Soares, M (2019 p. 15). Essas referências fundamentam as análises críticas e contextualizam a relevância do tema no ambiente escolar.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza vinte e oito professores de pedagogia, história, geografia e ciências, detalhando suas formações, experiências docentes e áreas de atuação. Também analisa a frequência com que vinte e oito

professores licenciados em ciências, geografia e história utilizam espaços informais, como museus e zoológicos, além dos ambientes formais, em práticas pedagógicas com estudantes dos 7º, 8º e 9º anos na Escola Estadual Lauro Fontoura, em Uberaba, Minas Gerais.

Esse perfil permite compreender as variáveis que influenciam suas práticas, fornecendo um panorama das condições de ensino e contextualizando suas abordagens. A metodologia é bibliográfica, qualitativa e inclui análise quantitativa de dados, embasando-se no estudo de Leff H. (2019, p. 26), "Os desafios de trabalhar a história ambiental de forma transdisciplinar e interdisciplinar". Sob a ótica da educação ambiental, voltada para professores de história, ciências e geografia do ensino básico, destaca-se a necessidade de integrar interculturalidade e temporalidade à prática docente.

Os professores, muitas vezes com formação inicial limitada sobre as especificidades culturais das comunidades locais, enfrentam desafios para desenvolver práticas que dialoguem com a cultura e história regionais. Embora existam políticas de conservação ambiental voltadas ao contexto escolar, a implementação dessas diretrizes encontra barreiras práticas.

É importante ressaltar que a formação continuada surge como essencial para que os docentes adquiram competências adequadas às necessidades dos alunos, promovendo a valorização cultural e a inclusão social. Esse processo de capacitação contínua permite que os professores adaptem suas práticas pedagógicas, criando um ensino que respeita e reflete a diversidade cultural, ambiental e histórica dos estudantes.

Dessa maneira, a capacitação também explora o uso de espaços formais, como museus e centros culturais, representando uma extensão da sala de aula para professores de pedagogia, geografia, história e ciências da rede básica em Minas Gerais. Esses ambientes enriquecem a formação docente e o processo de ensino-aprendizagem, oferecendo uma compreensão mais aprofundada das temporalidades e heranças culturais presentes no cotidiano dos alunos.

Este estudo investigou a visão dos docentes da Escola Estadual Lauro Fontoura sobre o uso de práticas curriculares de Educação Ambiental por meio de observações e visitas a ambientes informais. Drummond J. (2021, p. 177-197), ressalta que o preparo e a abertura dos professores a mudanças são cruciais para incorporar práticas voltadas à educação ambiental. Ele argumenta que essa integração só será efetiva se o docente adaptar suas práticas, expandindo seu conhecimento e demonstrando interesse em metodologias ativas de ensino.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos resultados e discussões da pesquisa, Santos Milton (2020), afirma que a crise ambiental global, resultante da exploração inadequada dos recursos naturais impulsionada por hábitos destrutivos de consumo, compromete a sobrevivência da humanidade. Trata-se de uma crise civilizatória, em que o desgaste ambiental reflete valores éticos, histórico-culturais e políticos que permeiam e afligem as sociedades. Superar essa degradação exige a adoção de novos paradigmas em direção à sustentabilidade e preservação da vida. Esse estudo se justifica pela necessidade urgente de repensar o modelo de desenvolvimento atual, que estabelece uma relação predatória com a natureza.

Nesse contexto, Santos Milton (2020, p. 253), enfatiza que “a contribuição da Educação Ambiental é valiosa e fundamental, considerando seu caráter potencialmente crítico e transformador, como afirmam os PCNs, para o Meio Ambiente. Impõe-se assim, às sociedades, a busca por novas formas de pensar e agir, individual e coletivamente, para atender às necessidades humanas e estabelecer relações sociais que reduzam desigualdades e exclusão social, garantindo a sustentabilidade ecológica.” A Educação Ambiental, segundo o autor, desempenha um papel essencial ao fomentar esse novo universo de valores e posturas.

Partindo dessa concepção, Santos Milton (2020), observa que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, por meio da LDB 9394/96 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), sustenta a implementação da educação ambiental em todos os níveis de ensino, conforme estabelece a legislação.

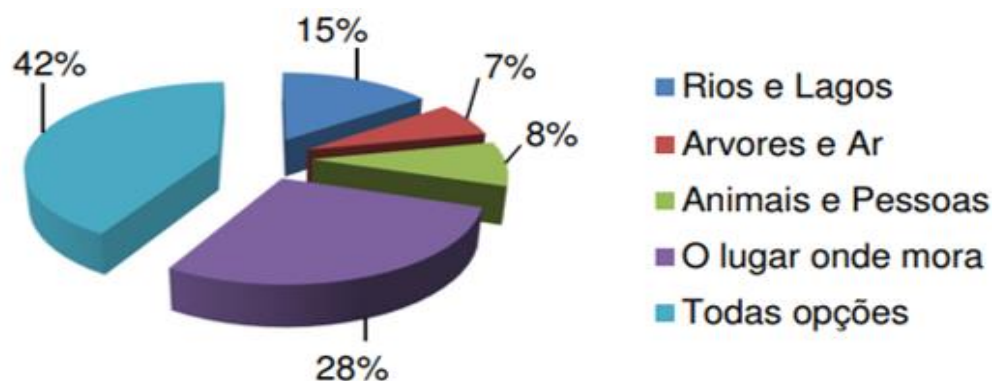
Moore (2013, p. 431) reforça que a educação ambiental é essencial para construir valores sociais e desenvolver habilidades e competências voltadas para a conservação ambiental. Ele explica que o documento dos PCNs, abrange a educação ambiental como um componente permanente e essencial da educação nacional, a ser integrado a todos os níveis e modalidades do processo educativo.

Nesse mesmo sentido, Martinez (2016), discute os Parâmetros Curriculares Nacionais que, fundamentados na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 9.795/2002, determinam a inclusão da educação ambiental. Martinez (2016, p. 44), argumenta que “os problemas ambientais são causados por fatores econômicos, políticos, sociais e histórico-culturais, que geram conflitos e demandam reflexão sobre as responsabilidades humanas na mitigação dos impactos ambientais, visando ao bem-estar social, à qualidade de vida e à sustentabilidade.”

Com base nessa argumentação, a pesquisa fundamenta-se teoricamente em diferentes áreas do conhecimento para compreender a complexidade das interações entre os seres humanos e o meio ambiente. Esse enfoque considera a concepção ampla de ambiente, incluindo a interdependência sistêmica entre o meio natural, o ambiente urbano, o contexto socioeconômico e histórico-cultural, sempre sob a ótica da sustentabilidade. É essencial que a escola seja um espaço de transformação, onde informações e conceitos ambientais sejam propostos para formar sujeitos críticos.

Adicionalmente, Scandurra (2022, p. 142-143), ressalta que a Lei 9.795/99, ao instituir a Política Nacional de Educação Ambiental, reforça que a educação ambiental deve estar integrada em todos os níveis do processo educativo. Essa lei incentiva abordagens articuladas entre questões ambientais locais, regionais e nacionais, promovendo alternativas curriculares e metodológicas para a capacitação em educação ambiental. A partir desses fundamentos, os temas “cidade e natureza”, explorando rios, lagos, árvores, ar, fauna e relações sociais, foram escolhidos para incentivar um pensamento crítico necessário para enfrentar a crise ambiental com uma perspectiva histórico-crítica de aprendizado.

Além disso, o currículo mínimo para o ensino fundamental II, nas turmas de 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental II, inclui entre suas habilidades e competências a compreensão das mudanças ambientais provocadas pela Revolução Industrial e pela globalização. Observe a Figura 1 abaixo, onde mostra os resultados obtidos dos estudantes sobre a prática metodológica e pedagógica da disciplina de geografia e história para educação ambiental (EA) realizada na sala de aula.

Figura 1 – Resultados obtidos de coleta das atividades dos estudantes sobre EA

Fonte: Autoras, 2020.

De acordo com esse panorama de aprendizagem da emergência histórico-cultural e ambiental mostrada no gráfico acima, 42% dos estudantes absorvem melhor a aprendizagem por meio de recursos variados, 28% através de cartografia sobre o lugar onde mora, 15% através de gravuras e pesquisas, sobre rios e lagos, 8% por meio de biografias e catálogos de pessoas e animais e 7% de passeios em ambientes que apresentam ambientes naturais como árvores e de laboratórios científicos para investigações sobre poluição do ar, portanto, faz-se necessário compreender as inovações do ensino de história em que o ambiente escolar age como um espaço de estudo em que o “currículo interdisciplinar e transdisciplinar deve ser fundamentado nos princípios da formação integral dos sujeitos, estabelecendo o equilíbrio entre estas dimensões”.

Estes aspectos são relevantes para a construção da proposta desse artigo. Por isso, é neste cenário crítico de mudança que apresentaremos o problema de investigação que se busca responder no decorrer deste estudo: “Quais são os desafios de trabalhar a história ambiental de forma transdisciplinar e interdisciplinar, considerando as temporalidades da natureza e da cidade? Como a formação docente atualizada pode contribuir para uma práxis pedagógica significativa e enriquecedora para os estudantes da rede pública?”

Após termos realizado esta análise surgirá algumas respostas que poderão subsidiar os professores e estudantes a romper com as suas ações segmentadas na premissa do meio ambiente em degradação.

Por conseguinte, a isto, tornará imprescindível que eles possam interagir com atores neste espaço de construção de novos saberes.

3.1 APORTE TEÓRICO

Neste início de século, observa-se uma grande demanda social pelo conhecimento histórico-social e pela História Ambiental. O interesse crescente de uma acelerada mudança social, emana sobretudo de países industrializados, nos quais ocupa novos espaços na esfera produtiva e nas relações sociais.

Martinez (2016, p. 11), reporta por outro lado, o gigantesco valor econômico que a biodiversidade foi adquirindo nos últimos anos, ampliado pelas ameaças reais de extinção de muitas formas de vida, inúmeras delas ainda desconhecidas e pouco estudadas, desperta atenções para o meio ambiente e para o relacionamento dos seres humanos com a natureza em diferentes épocas e sociedades. Paulo Henrique Martinez (2016, p. 44),

acrescenta que

[...] “sabemos que este processo colonizatório de exploração e uso dos recursos naturais, inaugurado no século XV e XVI, se fez acompanhar de um grande movimento de capitalismo dos povos. O autor, Martinez, (2016), explica ainda, que esta onda colonizatória trouxe imensos problemas sociais e desequilíbrios ambientais em nosso planeta por meio da expansão industrial e da captura de territórios fornecedores de recursos naturais e de mercados consumidores de bens industrializados.

Configurando no século XIX, um processo histórico de dominação social que ficou conhecido como imperialismo. Neste contexto, os países industrializados, passam a liderar significativas mudanças no relacionado à implantação de novas relações sociais, políticas e comerciais entre países e continentes.

Marsh (2018 p.52), informa que os governos passaram a desenvolver políticas conhecidas como “neoliberais” na década de mil novecentos e oitenta e no início dos anos noventa, através do Consenso de Washington, ampliaram a “globalização” do sistema-mundo capitalista a todos os espaços do planeta.

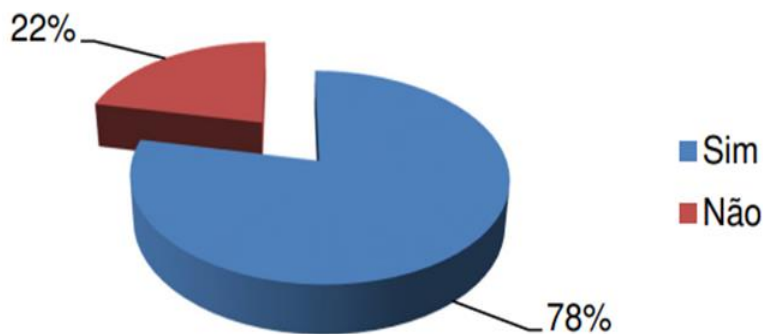
Admite-se nessa premissa que o desequilíbrio ambiental do planeta por via da interação entre homem e o meio transformou significativamente a natureza, através da globalização que se coloca acima dos recursos naturais e humanos existentes, convertendo a natureza ao serviço do capital. Nessa circunstância de globalização a conversão da natureza ao serviço do capital, é que Scandurra (2022, p.142-3), descreve os

[...] acontecimentos ocorridos por meio das epidemias da elevada mortalidade e da própria consciência das precárias condições dos trabalhadores nas cidades, e relata, que a necessidade do Estado em alcançar essas populações, corroboraram para que houvesse o surgimento do urbanismo nos séculos XVIII e XIX. Esses dispositivos, de descobertas de ordem histórico-cultural, proporcionaram a melhoria na qualidade de vida e no aumento da população das cidades.

Segundo Scandurra (2022), esse contexto favoreceu o desenvolvimento de cidades como Uberaba, impulsionado pela urbanização moderna, que emergiu da necessidade de regulamentar o espaço urbano para assegurar a saúde da população. Dentro desse panorama histórico-cultural, Campos Filho (2001, p. 34), afirma que, no Brasil dos séculos XIX e XX, foi implementado um urbanismo cívico-embelezador com o objetivo de "garantir a saúde ambiental do espaço urbano", que, assolado por epidemias, afetava todas as classes sociais.

A pesquisa questionou aos (22) estudantes, participantes das atividades sobre a importância de compreender a industrialização e a globalização, a fim de evidenciar as complexas interações entre os seres humanos e a natureza ao longo da história. O levantamento revelou que 78% dos estudantes desconhecem o tema, enquanto 22% o identificam por meio do projeto político-pedagógico de Educação Ambiental (EA), realizado anualmente na escola (Figura 2).

Figura 2 – Resultados obtidos de coleta da atividade industrialização e globalização: “Natureza e Cidade”, conhecimento dos estudantes sobre (EA), na cidade de Uberaba-MG.



Fonte: Autoras, 2018.

Nesse contexto, Lourenço (2020) explica que o estudo da história ambiental na perspectiva histórico-crítica, na escola abre um vasto campo de reflexão, esclarecendo conceitos essenciais e aprimorando a análise sobre como os historiadores têm abordado a relação entre seres humanos e natureza. Lourenço (2020, p. 197) destaca que a história ambiental, ao contemplar a interação entre cidade e natureza, “oferece inúmeras possibilidades de trabalho para os historiadores preocupados em situar, nos problemas da sociedade contemporânea, os aspectos que remetem ao passado.”

Pensar a história em estreita conexão com o ambiente em que os seres humanos desenvolvem suas vidas exige uma reflexão sobre os modos como nos organizamos para a produção e reprodução de nossas existências, bem como sobre nossas práticas e concepções acerca da natureza.

Este artigo oferece uma abordagem preliminar da questão, buscando organizar e sistematizar pontos relevantes para pensar os desafios da história ambiental. A intenção é levantar questões indicativas que possam contribuir para a reflexão, especialmente para aqueles que, de algum modo, desejam abordar a história sob a ótica da problemática ambiental, considerando os estudantes que estão no processo educativo de aprendizagem em fase escolar.

4 CONCLUSÃO

A conclusão deste trabalho aponta para percepções variadas dos professores licenciados em ciências, geografia, história e pedagogia do ensino básico de Uberaba-MG sobre o uso de atividades ambientais em espaços formais de educação. Os docentes, em sua maioria, reconhecem o valor educativo desses ambientes para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, destacando a importância das experiências práticas e contextualizadas para o desenvolvimento de um aprendizado significativo. Durante as entrevistas, foram reveladas diversas percepções dos professores sobre o uso das atividades ambientais em ambientes nos espaços formais de educação na premissa dos professores licenciados em ciências, geografia, história e pedagogia do ensino básico de Uberaba-MG.

No entanto, surgem também desafios importantes, como a falta de tempo, recursos financeiros e formação específica para a realização de atividades fora do ambiente escolar tradicional. Conforme discutido por

Martinez (2016 p.11), muitos professores enfrentam insegurança ao utilizar esses espaços, o que leva, em alguns casos, à exclusão dessas práticas das metodologias ativas de ensino diário em ciências e história.

Doravante a escolha do projeto pedagógico “Emergência da História Ambiental de Uberaba e Temporalidades: Cidade e Natureza”, inspirada na perspectiva de Campos Filho (2018 p.35), revela a necessidade de uma mudança cultural entre os alunos, visando maior adesão às atividades externas. Esse projeto buscou criar uma compreensão crítica do processo de degradação ambiental local e sua relação com as temporalidades históricas da cidade, fortalecendo a conexão entre os estudantes e o meio ambiente.

Assim, este estudo conclui que o fortalecimento das práticas de educação ambiental e o uso de espaços alternativos à sala de aula são fundamentais para formar cidadãos mais conscientes e engajados com as questões ambientais e sociais. Aumentar o espaço de tempo entre a introdução dessas propostas e a consolidação das atividades ambientais pode contribuir para superar barreiras e permitir a construção de uma educação ambiental mais eficaz e integrada ao currículo escolar.

Essa discussão aqui apresentada permitiu uma análise conclusiva no sentido de aumentar o espaço de tempo entre a apresentação da proposta de resgate do processo de degradação ambiental local e a apresentação dos gráficos coletados como atividade ambiental para as turmas. Dessa forma, contribuindo para a formação de cidadãos ativos com o ambiente e o meio social.

Conflitos de interesses

Os autores declaram que não há conflitos de interesse. Todos os autores estão cientes da submissão do artigo.

REFERÊNCIAS

Barros, J. D' A. (2017). *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes.

Burke, P. Afterword. (2019). In: Sorlin, S.; Warde, P. (Org.) *Natures's end: history and the environment*. Houndmills: Palgrave Macmillan, (p.349).

Brasil. (2020 p. 24). Oliveira, L. L. (org.). Rio de Janeiro:Ed. Fundação Getúlio Vargas. *Estatuto da Cidade pela (Lei nº 10.257/2020)*, especificamente adaptada pela Constituição Federal de 1988.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental II e Médio*. Brasília – DF. 1988. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> acesso em 02 de junho de 2018.

Campos Filho, C. M. (2018). *Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Studio Nobel, (p. 34-35).

V Congresso Ibero-Americano De Educação Ambiental. (2016). Joinville, Brasil, abril de 2016. *Perspectivas da educação ambiental na região ibero-americana*. Rio de Janeiro: Associação Projeto Roda Viva.

Drummond, J. (2021). *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisas*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. (177-197).

Leff, H. (2019). Construindo a História Ambiental da América Latina. *ESBOÇOS – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, Florianópolis, 13, p. 11-26.

Lourenço, C. F. B., *et al.* (org.). (2020). *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. 2.ed. São Paulo: Cortez, p.197.

Marsh, G. P. (2018, p.52), *Man and Nature*; or, Physical geography as Modified by Human Action. New York: Scribner, 1864. Obra *La Terre*. RECLUS, Elisée. *La Terre: description des phénomènes de la vie du globe*. Paris: Hachette, (2018 p.736-745).

Martinez, P. H. (2016). *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, p.44.

Moore, J. (2013). Capitalism as world-ecology: Braudel and Marx on environmental history. *Organization and Environment*, v.16, n.4, p.431-58, Dec. p.431.

Soares, M. (2019). *Cidade, cotidiano, cidadania: um olhar ambiental*. 29ª. Reunião Anual da Anped Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2019. Disponível Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. 23, julho a dezembro, p.15.

Scandurra, E. (2022). *Natureza e Cidade*. Margem, São Paulo, n. 15, p. 135-152.

Santos, M. (2020). *A natureza do espaço*. São Paulo, EDUSP. Por uma outra globalização, Rio de Janeiro/São Paulo, Record, p. 253.

Sirvinskas, L. P. (2015). *Política nacional do meio ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981)*. As leis federais mais importantes de proteção ao meio ambiente comentadas. Moraes, Rodrigo Jorge, Azevêdo, Mariangela Garcia de Lacerda e Delmanto, Fabio Machado de Almeida (coords). Rio de Janeiro: Renovar, p. 91-93.

Sirvinskas, L. P. (2015). *Manual de direito ambiental*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, p. 60.